



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

PREÂMBULO

A **Comissão Especial** constituída pela Portaria nº 002/2015, torna público para conhecimento de todos os interessados que realizará o Credenciamento de leiloeiros, mediante as condições estabelecidas no presente Edital, tudo de acordo com a Lei n.º 10.520/2002, 8.666/93, de 21.06.93, alterada e consolidada e demais legislações pertinentes.

1- DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente edital o **credenciamento de leiloeiros para a prestação dos serviços de alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio público municipal de Macaíba - RN**, pelo período de 12 (doze) meses, recebidos a qualquer título, por meio de licitação na modalidade de leilão público, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, a saber:

Anexo I - Termo de Referência.

Anexo II - Modelo de Requerimento de Credenciamento e Declaração para Habilitação.

Anexo III - Modelo de Formulário de Dados Cadastrais.

Anexo IV - Minuta Contratual (Termo de Credenciamento).

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Credenciamento os leiloeiros, na condição de pessoas físicas, devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte de acordo com o **Art 3º. da IN nº 113/2010**, e que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos.

2.1.1. Os leiloeiros que tiverem interesse em participar do presente Credenciamento, deverão providenciar o seu cadastramento e habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior a data de recebimento das Propostas (parágrafo único, art. 3º do Decreto nº 3.722/2001).

2.2 - Não será admitida neste Credenciamento a participação de interessados:

2.2.1 - concordatários ou em processo de falência, recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação

2.2.2 - que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública Federal suspenso ou que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

2.2.3 - elencados no artigo 9º da Lei 8.666/93 e no artigo **13 da IN nº 113/2010**.

3 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Os Leiloeiros Oficiais interessados no credenciamento deverão formalizar requerimento, na forma do Anexo II, dirigido a **Comissão Permanente de Licitação**, anexando os seguintes documentos:

a) Formulário de Dados Cadastrais (Anexo III);

b) Certidão Oficial fornecida pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte de registro como leiloeiro oficial, bem como sua regularidade para o exercício da serventia, na forma das disposições do Decreto n.º 21.981/32, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias do termo final para apresentação do envelope de documentação, que ateste a regular matrícula do leiloeiro;

c) Cópia autenticada da cédula de identidade;

d) Cópia autenticada do CPF – Cadastro de Pessoas Físicas;

e) Certidão Conjunta Negativa, ou Positiva com efeito negativa, de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal;

f) Certidão Negativa, ou Positiva com efeito negativa, de Tributos do Município sede de sua residência.

g) Certidão Negativa, ou Positiva com efeito negativa, de Débitos Estaduais emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

h) Declaração de que somente possui matrícula em uma única Junta Comercial.

i) Atestado, certidão e/ou declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove o participante ter realizado de forma satisfatória leilão de bens móveis da Administração Pública.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

j) Declaração de que não se encontra inidôneo para licitar com órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e que inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

3.2 - Não serão aceitos documentos apresentados através de fax, telex ou e-mail.

4 - DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 - O envelope contendo toda a documentação deverá ser entregue, devidamente fechado, impreterivelmente no local e na data especificados abaixo:

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação.

ENDEREÇO: Sede da Prefeitura Municipal de Macaíba, situada a Avenida Monica Dantas, 34, Centro, Macaíba - RN

DATA/HORÁRIO: 10 (dez) horas do dia 03 de fevereiro de 2015.

5 - DA ABERTURA DO ENVELOPE "DOCUMENTAÇÃO" E DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO PRELIMINAR

5.1 - No dia **03 de fevereiro de 2015 às 10:00 Horas**, à vista dos interessados presentes, serão abertos os envelopes contendo a documentação para fins de habilitação, que será examinada e rubricada pelos leiloeiros participantes do processo e pelos membros da Comissão.

5.1.2 - Havendo irregularidade na habilitação do participante, será o mesmo inabilitado, desde que a falha apontada não seja corrigida por documento apresentado em seu envelope de Documentação.

5.2 - Abertos os trabalhos dessa reunião pelo Presidente da Comissão, não serão recebidos outros documentos, nem serão permitidos adendos ou alterações nas que tiverem sido apresentadas, ressalvada a faculdade de a Comissão promover diligências para a obtenção de informações e esclarecimentos complementares de quaisquer dos leiloeiros participantes.

5.3 - Para ter direito a manifestar-se nas fases do procedimento de habilitação para pré-qualificação, inclusive em renúncia ao direito de interpor recurso de que trata o subitem 5.9 deste edital, cada leiloeiro participante deverá identificar-se, apresentando documento legal de identidade.

5.4 - Quando se tratar de representante designado pelo leiloeiro deverá ser apresentada, além do documento legal de identidade, procuração com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do certame.

5.4.1 - A referida procuração, se particular, deverá fazer-se acompanhar do devido reconhecimento cartorial da firma do outorgante.

5.5 - Para exercer o direito de que trata o subitem 5.3 deste edital, cada representante só poderá representar um único interessado.

5.6 - A ausência do documento de representação não impedirá o representante de participar do processo, entretanto ficará impedido de praticar qualquer ato durante as reuniões de recebimento e abertura de envelopes.

5.7 - Será lavrada Ata que conterá o registro das principais ocorrências da reunião, em especial a enumeração dos leiloeiros participantes que apresentarem os envelopes "Documentação para Habilitação".

5.8 - Após o julgamento da documentação recebida, a Comissão divulgará o resultado da fase de habilitação, com a indicação dos nomes dos leiloeiros inabilitados e habilitados, através de publicação no Diário Oficial da União, ou então, se estiverem presentes todos os interessados, através de comunicação direta a estes na sessão, sendo lavrada a Ata a que se refere o subitem 5.7.

5.9 - Havendo renúncia expressa de todos os participantes ao direito de interpor recurso contra o resultado do julgamento da habilitação no ato em que foi adotada a decisão, a Comissão poderá realizar, nesta mesma sessão, o sorteio para ordenamento dos leiloeiros habilitados no banco de credenciados, de tudo lavrando-se Ata.

5.10 - Decorrida a fase de habilitação, não cabe desistência pelo participante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

6 - DA INABILITAÇÃO

6.1 - Será inabilitado o leiloeiro que:

6.1.1 - desatender às exigências do item 3 ou deixar de apresentar a documentação solicitada, apresenta-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital;

6.1.2 - possua registro de ocorrência que o impeça de licitar e contratar com a Administração Pública ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, no âmbito Federal, Estadual e Municipal.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

6.1.3 - deixe de apresentar a documentação solicitada na data fixada ou apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital.

6.2 - A inabilitação do leiloeiro importará no seu afastamento do processo, não vindo a ser credenciado.

6.3 - Se todos os participantes forem inabilitados, a Comissão poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas documentações, escoimadas das causas das inabilitações.

7 - DO SORTEIO PARA ORDENAMENTO DOS CREDENCIADOS

7.1 - Na data e horário fixados pela Comissão, desde que julgados os recursos eventualmente dispostos ou no caso do subitem 5.9, será realizado o sorteio para definir o ordenamento a ser observado no banco de credenciados.

7.2 - Somente participarão do sorteio os leiloeiros previamente habilitados pela Comissão.

7.3 - Para fins de ordenamento, o leiloeiro sorteado em primeiro lugar ocupará o primeiro lugar no banco de credenciados, o leiloeiro sorteado em segundo lugar ocupará o segundo lugar no banco de credenciados e assim sucessivamente até que todos os leiloeiros habilitados tenham sido sorteados e ordenados no banco de credenciados.

8 - DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

8.1. Em decorrência das decisões relacionadas com a presente licitação, nos termos dos arts. 41 e 109 da Lei n.º 8.666/93 é facultada a interposição de:

8.1.1. IMPUGNAÇÃO ao edital, pelo participante, até o segundo dia útil que anteceder o recebimento do envelope de documentação, em face de vícios ou irregularidades porventura nele existentes.

8.1.2. IMPUGNAÇÃO ao edital, por qualquer cidadão, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento do envelope de documentação, por irregularidades na aplicação da Lei nº 8.666/93

8.2 - Das decisões e atos no procedimento deste Credenciamento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos seguintes casos:

8.2.1 - habilitação ou inabilitação do participante; 8.2.2 - anulação ou revogação da licitação; 8.2.3 - penalidades aplicadas.

8.3 - A intimação dos atos referidos nos subitens 8.2.1 a 8.2.3 - excluídos deste último as penalidades de advertência e multa de mora - será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nos subitens 8.2.1, se presentes os leiloeiros participantes ou seus representantes legais, no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser efetuada por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

8.4 - Os recursos serão dirigidos à autoridade superior à que proferiu a decisão, por intermédio desta.

8.5 - Não serão considerados os recursos que se baseiam em aditamento ou modificações da proposta, bem como sobre matéria já decidida em grau de recurso.

8.6 - Interposto o recurso, dele será dada ciência aos demais participantes abrangidos, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis; EI-801 27-10-1877

8.7 - É vedada a apresentação de mais de um recurso sobre a mesma matéria pelo mesmo participante.

8.8 - A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, por escrito, aos interessados.

9 - DA HOMOLOGAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA CONTRATAÇÃO.

9.1 - À vista do relatório da Comissão, o resultado de credenciamento será submetido à consideração da autoridade competente da Prefeitura Municipal de Macaíba/RN, para fins de homologação do presente procedimento.

9.2 - Serão convocados para contratar com o Município de Macaíba/RN, leiloeiros credenciados na forma deste processo, observado o ordenamento obtido através do sorteio.

9.3 - A convocação do leiloeiro para celebração do contrato, somente ocorrerá quando seu antecedente na ordem de classificação houver celebrado 1 (um) Leilão.

9.4 - Por ocasião da contratação, o leiloeiro credenciado deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, sendo fator impeditivo da contratação qualquer irregularidade constatada.

9.5 - O primeiro colocado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela Prefeitura Municipal, para assinatura do contrato.

9.6 - O leiloeiro que não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos será desclassificado, perdendo o direito de contratar com o Poder Público Municipal de Macaíba - RN

9.7 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no item 12 deste Edital.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

9.8 - É facultado ao Município de Macaíba - RN, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar o próximo leiloeiro, observada a ordem de classificação das propostas para pré-qualificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

10 - DAS VIGÊNCIAS

10.1 - O credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, a contar da publicação da relação dos leiloeiros habilitados, nos termos da Lei 8.666/93.

10.2 - O contrato a ser firmado com o leiloeiro terá duração de 12 (doze) meses, com atribuição de presidir os leilões que venha a Prefeitura Municipal a realizar nesse período, obedecida a ordem de classificação do sorteio.

11 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

11.1 - O contrato a ser firmado, cuja minuta (ANEXO IV) integra o presente Edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos deste processo para credenciamento, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

11.2 - A celebração do contrato de prestação de serviço visa apenas regulamentar os eventuais leilões de bens móveis inservíveis a serem realizados durante a sua vigência. A definição da venda do bem móvel inservíveis é ato exclusivo do Poder Executivo, que inclusive, se assim o convir, pode optar por não realizar nenhum procedimento de venda dos seus bens, ficando a seu exclusivo critério, caso opte pela venda, a definição do momento e da forma que será processada a venda. A ausência de realização de venda de bem público, durante a vigência do contrato, não gera responsabilização por parte do Município de Macaíba - RN, em indenizar ou ressarcir o contratado/leiloeiro por eventuais dispêndios financeiros. Conforme exposto anteriormente, a celebração do contrato visa apenas regulamentar uma eventual realização de leilão público para venda de bem móvel, com a definição da forma e das normas a serem observadas para a execução do serviço considerando o sorteio a ser realizado para a definição do responsável pelo leilão. A contratação assegura ao leiloeiro/contratado, sorteado, o direito à realização do leilão, caso este ocorra, por definição do Município de Macaíba, no decorrer da vigência do contrato.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - A aplicação de sanção será necessariamente precedida do devido processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

12.2 - A inobservância de quaisquer dos preceitos desta, ou da legislação regente, acarretará ao Credenciado, as seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito;
- b) suspensão das atividades;
- c) cancelamento do credenciamento.

12.3 - Será penalizado com suspensão das atividades, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias e prazo máximo de 90 (noventa) dias, o Credenciado que for penalizado com 03 (três) advertências, ou que descumprir as obrigações estabelecidas nesta e no Termo de Credenciamento.

12.4 - Durante o período de suspensão o Leiloeiro não integrará a ordem de designação, retornando à sua posição após o cumprimento da suspensão.

12.5 - O cancelamento do credenciamento será aplicado ao Leiloeiro que for reincidente em penalidade de suspensão das atividades.

12.6 - Dependendo da gravidade da infração poderá ser aplicada qualquer das penalidades previstas nas alíneas "b" e "c" do art. 12, ainda que nenhuma advertência tenha sido infligida ao Leiloeiro.

12.7 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - A participação no presente processo para credenciamento implica a concordância, por parte do leiloeiro, com todos os termos e condições deste Edital.

13.2 - Os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados por cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

- 13.3 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 13.4 - Não serão conhecidas as propostas e documentação apresentada via fax ou e-mail.
- 13.5 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.
- 13.6 - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital, em dia de expediente da Prefeitura Municipal de Macaíba.
- 13.7 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Comissão Permanente de Licitação do Município, o leiloeiro que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 13.8 - Serão de exclusiva responsabilidade do contratado, todas as despesas necessárias à contratação.
- 13.9 - Quaisquer esclarecimentos, porventura necessários ao perfeito entendimento deste Edital, deverão ser encaminhados, por escrito, para a Comissão Permanente de Licitação no ENDEREÇO ou pelo endereço eletrônico
- 13.10 - Os esclarecimentos, bem como impugnações ao Edital, depois de respondidos, serão encaminhados, por mensagem eletrônica, em até 02 (dois) dias úteis, aos respectivos questionadores e demais interessados no processo que tenham solicitado o edital por e-mail.
- 13.11 - Eventuais impugnações ou recursos deverão ser entregues no endereço discriminado no subitem 13.9, sempre em dias úteis.
- 13.12 - O edital e seus anexos estarão disponíveis no sitio oficial do Município de Macaíba-RN, no endereço eletrônico: www.prefeituradeMacaiba.com.br
- 13.13 - A Prefeitura de Macaíba poderá revogar o presente Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos interessados, quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 13.14 - Os leilões a serem realizados pelo Município de Macaíba terão seus editais no mínimo do Boletim Oficial do Município de Macaíba, Diário Oficial do Estado Rio Grande do Norte e Jornal de grande circulação no Estado do Rio Grande do Norte.

Macaíba – RN, 20 de janeiro de 2015.

WANESSA LIMA DE SOUSA
Presidente

HUMBERTO FRANCLÁUDIO DA SILVA
Membro

FRANCISCO WILLIAM RODRIGUES DOS SANTOS
Membro



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.1 - A escolha dos Leiloeiros Oficiais através do procedimento de CREDENCIAMENTO é fundamental para que o a Prefeitura Municipal de Macaíba-RN, possa realizar o Leilão de bens móveis inservíveis, uma vez que a mesma não dispõe de servidor qualificado para tal atividade.

1.2 - Justifica-se essa escolha pelo fato da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte – JUCERN não se responsabilizar mais em indicar o Leiloeiro na ordem para realização do leilão, e assim, cabe aos entes interessados, seja por meio licitatório ou outra forma de critério, a sua contratação, conforme Instrução Normativa nº. 113 de 19/06/2010, § 2º. Art. 10.

1.3 - A contratação de leiloeiro enquadra-se em hipótese de Inexigibilidade de Licitação, prevista no artigo 25 da Lei 8.666/93, por se caracterizar pela ausência de competição, impossibilitando, assim, a abertura de certame licitatório. No caso em questão, em tese, todos os leiloeiros matriculados no Estado podem oferecer o serviço, porém, é impossível para a Administração escolher a proposta mais vantajosa, uma vez que a taxa de comissão dos contratados é fixa, estabelecida pelo Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932.

1.4 - Nesse sentido, o CREDENCIAMENTO, para posterior sorteio entre os leiloeiros, torna-se a alternativa mais viável para que sejam cumpridos os princípios da isonomia, da igualdade e da impessoalidade.

2 - OBJETO

2.1 - Constitui objeto do presente Edital o credenciamento de leiloeiros para a prestação dos serviços de alienação de bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Macaíba – RN, que acumulam-se nos depósitos desta municipalidade tendo a possibilidade de reverter o valor dos mesmos em pecúnia, proporcionando assim retorno em investimentos para o município. O credenciamento será pelo período de 12 (doze) meses, recebidos a qualquer título, por meio de licitação na modalidade de leilão público, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, a saber:

3 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - Poderão participar deste Credenciamento os leiloeiros, na condição de pessoas físicas, devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com o **art 3º. da IN DNRC nº 113/2010**, e que atenderem a todas as exigências do Edital e seus Anexos.

3.1.1 - O credenciamento vigorará por 12 (doze) meses, contados da data da homologação da inscrição no cadastro da Prefeitura Municipal de Macaíba – RN.

3.2 - Os Leiloeiros que tiverem a inscrição homologada pelo Município de Macaíba serão cadastrados e ordenados mediante sorteio público a ser realizado pela Comissão Permanente de Licitação no **LOCAL**.

3.3 - O cadastro será utilizado de forma a se estabelecer a ordem de designação e o rodízio dos leiloeiros, e será rigorosamente seguido, mantendo-se a sequência, a começar pelo primeiro sorteado.

3.4 - O ingresso de novo Leiloeiro no cadastro será na última posição, sem prejuízo a ordem de designação em andamento, e havendo novos Leiloeiros, far-se-á sorteio entre estes, ordenando-os após a última posição existente.

3.5 - O Leiloeiro que rejeitar a designação, ou que estiver impedido de realizar leilões, perderá a vez, situação em que será chamado o próximo da ordem de designação.

3.6 - Havendo descredenciamento de Leiloeiro, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais.

3.7 - Pela prestação de serviços, o LEILOEIRO receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem arrematado, a ser pago pelo arrematante no ato do leilão.

3.8 - Não cabe ao Município de Macaíba – RN e qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo LEILOEIRO para recebê-la.

3.9 - Caso não ocorra à efetivação da finalização da venda por erro nas publicações legais, ou ainda, no caso do leilão público ser suspenso por determinação judicial, à comissão será devolvida ao arrematante pelo LEILOEIRO, sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte da Prefeitura Municipal.

3.10 - Caso a efetivação da arrematação, com a entrega do bem ao arrematante, no prazo legal, não se realize por culpa exclusiva da Prefeitura, a comissão deverá ser devolvida ao arrematante pelo LEILOEIRO, tendo este “direito ao ressarcimento do respectivo valor”, a ser efetuado pela Municipalidade.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

3.10.1 - Na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo anterior, o Município efetuará o ressarcimento referente ao valor líquido apurado pelo LEILOEIRO, creditando-o em sua conta corrente.

3.10.2 - O LEILOEIRO renuncia expressamente em favor do Município de Macaíba - RN pagamento da comissão prevista no artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1933, bem como todas as despesas com anúncios, catálogos, mala direta, etc. recebendo somente a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda, diretamente do arrematante.

3.10.3 - O LEILOEIRO será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados.

4 - DOS PROCEDIMENTOS PARA O LEILÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE VENDA

4.1 - Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Prefeitura Municipal de Macaíba - RN, quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

4.2 - Os bens serão vendidos somente à vista nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas neste edital.

4.3 - Em todos os eventos, o Contratado/leiloeiro deverá dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor e da liquidez dos mesmos.

4.4 - Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste edital e no contrato de prestação de serviços, o Contratante registrará em relatório as irregularidades porventura encontradas, encaminhando cópia ao Contratado/leiloeiro para imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital e no próprio contrato.

4.5 - Para a realização dos leilões deverão ser observadas as condições e exigências previstas na legislação aplicável e na minuta do contrato de prestação de serviço, especialmente as obrigações do leiloeiro.

4.6 - A critério do Contratante, as avaliações dos bens móveis inservíveis serão realizadas pela Prefeitura Municipal, que poderão ser revistas a qualquer tempo.

5 - DO SINAL, DA CAUÇÃO, DA FORMA DE REPASSE DO VALOR ARREMATADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA E DA REMUNERAÇÃO DO LEILOEIRO:

5.1. Os bens serão vendidos somente à vista, nas condições fixadas no regulamento do leilão. O leiloeiro deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado, conforme especificado abaixo:

5.1.1. No ato da arrematação, o arrematante entregará 02 (dois) cheques em garantia de caução ao leiloeiro, sendo:

5.1.1.1. Um cheque, correspondendo a 15% (quinze por cento) do valor do lance vencedor, a título de sinal;

5.1.1.2. O outro cheque, correspondendo a 5% (cinco por cento) do valor do lance vencedor, a título de comissão ao leiloeiro oficial.

5.2. Em até 24 horas após a realização do leilão, o arrematante deverá depositar em espécie ou transferência eletrônica (TED ou DOC), o VALOR INTEGRAL DO LANCE, mais o VALOR DE 5% (CINCO POR CENTO) do lance em conta informada pelo leiloeiro A TÍTULO DE COMISSÃO, em conta mantida pelo leiloeiro, por meio de depósitos identificados;

5.3. Os comprovantes de depósitos devem ser apresentados ao leiloeiro, para que esta, após confirmação dos pagamentos, proceda à devolução dos cheques oferecidos em caução;

5.4. Se transcorrido o prazo de 48 horas e os depósitos não forem efetivados pelo arrematante, este será considerado desistente e a venda será cancelada. Nesse caso, os cheques oferecidos em caução terão a seguinte destinação:

5.4.1. Cheque no valor de 15% (por cento) do valor do lance vencedor: será recolhido ao Contratante a título de multa;

5.4.2. Cheque no valor de 5% (por cento) do valor do lance vencedor: será utilizado para pagamento da comissão do leiloeiro;

5.5. O leiloeiro deverá recolher ao Contratante, até o 10º (décimo) dia subsequente à realização do leilão, o produto da arrematação dos leilões realizados, em conta indicada pelo Contratante, acompanhado de relatório analítico de prestação de contas, cópias das notas de venda/arrematação, dos termos de renúncia à comissão de responsabilidade do Contratante e demais documentos previstos em lei;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

5.6. O Contratante terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para comprovar o depósito em conta do valor total do lance repassado pelo leiloeiro bem como liberar os documentos finais de transferência dos bens móveis arrematados. Neste caso, será de competência do leiloeiro o repasse de tais documentos ao arrematante bem como a liberação dos bens móveis.

5.7. A comissão paga pelo (s) arrematante deverá ser devolvida pelo leiloeiro no prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da comunicação do fato, nas hipóteses em que, por decisão judicial ou do Contratante, seja anulado ou revogado o leilão.

6 - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Constituem obrigações da Prefeitura Municipal de Macaíba - RN

6.1.1) assegurar o livre acesso ao Leiloeiro e seus prepostos, quando devidamente identificados, aos locais onde estão dispostos os bens apreendidos;

6.1.2) apresentar o Edital de Leilão, com as regras concernentes à regular execução de cada evento.

6.1.3) fornecer ao LEILOEIRO os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de desembaraços, ônus e pendências;

6.1.4) supervisionar, acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços contratados;

6.1.5) notificar o leiloeiro, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço prestado.

6.1.6) avaliar as instalações e aparelhamento técnico-operacional que serão utilizadas no leilão.

6.1.7) aprovar a avaliação dos bens realizada pela Comissão especialmente designada, com

6.1.8) arcar com as despesas previstas no § 2º do art. 42 do Decreto 21.981/32 referentes às publicações previstas na Lei 8.666/93.

6.1.9) disponibilizar, caso o bem a ser leiloado seja veículo automotor, a documentação respectiva.

6.2. Constituem obrigações do LEILOEIRO:

6.2.1) realizar o Leilão em dia e hora previamente designado pela Comissão Permanente de Alienação da Prefeitura Municipal de Macaíba, dentro das normas do Termo de Credenciamento no local acordado pelas partes, dos bens constantes no Edital de Leilão;

6.2.2) caso haja interesse em transferir os bens a serem leiloados para as dependências próprias do Leiloeiro Oficial, todas as despesas de remoção (transferência/retorno) correrão por conta e responsabilidade do mesmo.

6.2.3) executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Macaíba, de acordo com o especificado neste Termo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas em contrato;

6.2.4) executar os serviços por meio de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas, indenizando ao Município, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados aos bens, quer sejam eles praticados por prepostos terceirizados ou mandatários;

6.2.5) a responsabilidade será extensiva aos danos e prejuízos causados a terceiros, devendo o contratado adotar medidas preventivas, com fiel observância das exigências das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

6.2.6) elaborar laudo de avaliação contendo o valor estimado do bem e dos lotes para a venda dentro do prazo acordado com a Comissão Permanente de Alienação;

6.2.7) Identificar e selecionar os bens, organizando os lotes, contribuindo para facilitar o leilão, bem como para a sua avaliação, tudo sob a coordenação do Contratante.

6.2.8) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos bens sob sua responsabilidade, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste contrato;

6.2.9) não se pronunciar em nome da Prefeitura de Macaíba a órgãos de imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma, bem como sobre os procedimentos e/ou expedientes confiados;

6.2.10) realizar os leilões de acordo com expressa determinação do Contratante, em datas apazadas em conjunto.

6.2.11) dar ciência ao Município, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

6.2.12) corrigir imediatamente qualquer falha verificada na execução dos serviços, ressarcindo ao Município de Macaíba em até 5 (cinco) dias úteis, caso haja falta ou dano de bem sob responsabilidade do LEILOEIRO;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

- 6.2.13) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal cujas reclamações obrigam-se à atender prontamente;
- 6.2.14) dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura Municipal, no tocante à execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas em contrato;
- 6.2.15) fornecer o relatório final de cada leilão que deverá conter, no mínimo, descrição do bem, valor de avaliação, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de não arrematados, quantidade e valor de lotes em condicional, se houver;
- 6.2.16) responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos procedimentos necessários à realização dos Leilões, dentre eles: divulgação em site próprio, na internet, por no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização do leilão; locação de instalações/equipamentos; contratação de mão de obra; segurança para o evento, bens, valores recebidos e seguros; outras formas de divulgação do leilão. Excetuam-se deste rol as despesas de responsabilidade do Contratante previstas em lei, especialmente as previstas no art. 42, §2º do Decreto 21.981/32;
- 6.2.17) eximir o Contratante da comissão prevista no art. 24 do Decreto nº 21.981/32, conforme exposto no §2º do art 42 do referido Decreto. Estar ciente que a comissão pelos serviços prestados deverá ser paga pelo arrematante do bem no leilão, na proporção 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, não sendo devido ao Contratante qualquer pagamento pelos serviços realizados.
- 6.2.18) não utilizar o nome do Município de Macaíba, ou sua qualidade de credenciado deste, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos, etc., com exceção da divulgação do evento específico;
- 6.2.19) manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório (art. 55, XIII, da Lei nº 8666/93),
- 6.2.20) ressarcir todo e qualquer dano que causar ao Município de Macaíba - RN, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Macaíba;
- 6.2.21) responder perante ao Município de Macaíba por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação de serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus prepostos, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- 6.2.22) realizar o leilão através de projeção, com demonstração de fotografias dos bens, quando o leilão não puder ser realizado no local onde se encontram os bens apreendidos.
- 6.2.23) acompanhar a visita dos interessados ao local onde se encontrarem os bens a serem leiloados.
- 6.2.24) orientar o arrematante, quando se tratar de venda de veículo automotor, que o mesmo deverá transferir a titularidade da documentação para o seu nome no prazo de até 30 (trinta) dias da data informada no documento de transferência, cumprindo se necessário, as exigências legais do Detran
- 6.2.25) Realizar procedimento de Comunicado de Venda junto ao Detran dos veículos ora leiloados, no prazo máximo de 07 (sete) dias a contar da data da realização do arremate.
- 6.2.26) dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor e da liquidez dos mesmos.
- 6.2.27) quando se tratar de venda de veículo automotor, acompanhar para que o arrematante venha a transferir a titularidade do documento para si, no prazo de 30 (trinta) dias da data informada no documento de transferência, cumprindo assim as exigências do DETRAN;
- 6.2.28) providenciar a descaracterização dos veículos em relação a Prefeitura Municipal de Macaíba



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

**ANEXO II
MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

Senhor Chefe da CPL:

Eu, _____, Leiloeiro (a) Oficial, natural de _____,
filho de _____ e _____, estado
civil _____, inscrito na JUCERN em __/__/__, sob o nº _____, carteira de
identidade nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado na

_____, telefone _____, e-mail _____,

Requeiro a Vossa Senhoria o cadastramento profissional na Prefeitura Municipal de Macaíba – RN, como Leiloeiro Oficial, para fins de designação à realização de leilões de bens móveis inservíveis na forma da legislação vigente. Pelo presente, o Leiloeiro Oficial acima identificado vem a requerer seu credenciamento em conformidade com o Edital para o CREDENCIAMENTO Nº 001/2015 -, juntando a documentação exigida devidamente assinada e rubricada.

DECLARA, ainda, sob as penas da lei, que:

- Recebeu os documentos que compõem o Edital para Credenciamento nº xxx e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;
- Não se encontra inidôneo para licitar ou contratar com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, e que concorda com os termos do edital e seus anexos;
- Não há qualquer fato superveniente impeditivo da sua participação neste processo de credenciamento.

Nestes termos, pede deferimento. 1-801

27-10-1877

MACAIBA

Local e data



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

**ANEXO III
FORMULÁRIO DE DADOS CADASTRAIS LEILOEIRO OFICIAL**

NOME: _____
NACIONALIDADE: _____
ESTADO CIVIL: _____ PROFISSÃO: _____
DATA DE NASCIMENTO: _____/_____/_____
RG: _____
ÓRGÃO EMISSOR: _____ UF: _____ CPF: _____
ESCOLARIDADE: _____
CURSO: _____
NOME DA INSTITUIÇÃO: _____
DATA DE CONCLUSÃO: ____/____/____
NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA JUCEES: _____
Endereços: Preencher e assinalar com um "X" qual deve ser utilizado em seu cadastro. () Residencial:
Rua: _____ Número: _____
Complemento: _____ CEP: _____ Município: _____ Telefone: Cód. Área: ____ nº:
Celular: Cód. Área: _____ nº: ____
E-mail: _____
() Profissional:
Rua: _____ Número: _____
Complemento: _____ CEP: _____ Município: _____
Telefone: Cód. Área: ____ nº: _____ Celular: Cód. Área: _____ nº: _____
E-mail: _____

Declaro que as informações acima são verdadeiras.

Local e data





**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

**ANEXO IV
MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO**

Termo de Credenciamento nº...../2015

Processo nº _____

TERMO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MACAÍBA E

CRENCIANTE: MUNICIPIO DE MACAÍBA/RN, informações gerais do órgão.

CRENCIADO: com escritório na Rua/Avcom matrícula na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob nº inscrito no CPF/MF sob nº doravante denominado simplesmente LEILOEIRO.

As partes ajustam entre si o presente Termo de Credenciamento, segundo as disposições constantes na Lei 8.666/93 e suas alterações, aos termos, cláusulas e condições seguintes, de Credenciamento de Leiloeiro.

1. DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO

Prestação dos serviços de alienação de bens móveis inservíveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Macaíba, recebidos a qualquer título, por meio de licitação na modalidade de leilão público, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2. DA EXECUÇÃO

Os serviços serão executados pelo LEILOEIRO conforme a solicitação da Prefeitura Municipal de Macaíba/RN os leilões que ocorrerem dentro do prazo de validade do credenciamento e nos preceitos elencados neste Termo de Credenciamento;

Parágrafo Único - Os serviços objeto deste Termo de Credenciamento deverão ser prestados em local previamente definido pela Comissão Permanente de Alienação ou, alternativamente e a critério da Administração, em local definido mediante acordo com o Leiloeiro.

3. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. Constituem obrigações do Município de Macaíba - RN:

- assegurar o livre acesso ao Leiloeiro e seus prepostos, quando devidamente identificados, aos locais onde estão dispostos os bens apreendidos;
- apresentar o Edital de Leilão, com as regras concernentes à regular execução de cada evento.
- fornecer ao LEILOEIRO os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de desembaraços, ônus e pendências;
- supervisionar, acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços contratados;
- notificar o leiloeiro, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço prestado.
- avaliar as instalações e aparelhamento técnico-operacional que serão utilizadas no leilão.
- arcar com as despesas previstas no § 2º do art. 42 do Decreto 21.981/32 referentes às publicações previstas na Lei 8.666/93.
- disponibilizar, caso o bem a ser leiloadado seja veículo automotor, a documentação respectiva.

3.2. Constituem obrigações do LEILOEIRO:

- realizar o Leilão em dia e hora previamente designado pela Comissão Permanente de Alienação, dentro das normas do Termo de Credenciamento no local acordado pelas partes, dos bens constantes no Edital de Leilão;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

- caso haja interesse em transferir os bens a serem leiloados para as dependências próprias ou indicadas pelo Leiloeiro Oficial, todas as despesas de remoção (transferência/retorno) correrão por conta e responsabilidade do mesmo.
- executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Macaíba, de acordo com o especificado neste Termo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas em contrato;
- executar os serviços por meio de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas, indenizando a Prefeitura Municipal de Macaíba, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados aos bens, quer sejam eles praticados por prepostos terceirizados ou mandatários;
- a responsabilidade será extensiva aos danos e prejuízos causados a terceiros, devendo o contratado adotar medidas preventivas, com fiel observância das exigências das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
- elaborar laudo de avaliação contendo o valor estimado do bem para a venda dentro do prazo acordado com a Comissão Permanente de Alienação;
- Identificar e selecionar os bens, organizando os lotes, contribuindo para facilitar o leilão, bem como para a sua avaliação, tudo sob a coordenação do Contratante.
- manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos bens sob sua responsabilidade, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste contrato;
- não se pronunciar em nome da Prefeitura Municipal de Macaíba a órgãos de imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma, bem como sobre os procedimentos e/ou expedientes confiados;
- realizar os leilões de acordo com expressa determinação do Contratante, em datas aprazadas em conjunto.
- dar ciência a Prefeitura Municipal de Macaíba, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- corrigir imediatamente qualquer falha verificada na execução dos serviços, ressarcindo a Prefeitura Municipal de Macaíba em até 5 (cinco) dias úteis, caso haja falta ou dano de bem sob responsabilidade do LEILOEIRO;
- prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Macaíba cujas reclamações obriga-se à atender prontamente;
- dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura Municipal de Macaíba no tocante à execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas em contrato;
- fornecer o relatório final de cada leilão que deverá conter, no mínimo, descrição do bem, valor de avaliação, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de não arrematados, quantidade e valor de lotes em condicional, se houver;
- responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos procedimentos necessários à realização do(s) Leilão(ões), dentre eles: divulgação em site próprio, na internet, por no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização do leilão; locação de instalações/equipamentos; contratação de mão de obra; segurança para o evento, bens, valores recebidos e seguros; outras formas de divulgação do leilão. Excetuam-se deste rol as despesas de responsabilidade do Contratante previstas em lei, especialmente as previstas no art. 42, §2º do Decreto 21.981/32;
- eximir o Contratante da comissão prevista no art. 24 do Decreto nº 21.981/32, conforme exposto no §2º do art. 42 do referido Decreto. Estar ciente que a comissão pelos serviços prestados deverá ser paga pelo arrematante do bem no leilão, na proporção 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, não sendo devido ao Contratante qualquer pagamento pelos serviços realizados.
- não utilizar o nome da Prefeitura Municipal de Macaíba, ou sua qualidade de credenciado deste, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos, etc., com exceção da divulgação do evento específico;
- manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório (art. 55, XIII, da Lei nº 8666/93),
- ressarcir todo e qualquer dano que causar a Prefeitura Municipal de Macaíba, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Macaíba;
- responder perante a Prefeitura Municipal de Macaíba por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação de serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus prepostos, mesmo nos



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a Prefeitura Municipal de Macaíba de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

- realizar o leilão através de projeção, com demonstração de fotografias dos bens, quando o leilão não puder ser realizado no local onde se encontram os bens apreendidos.

- acompanhar a visita dos interessados ao local onde se encontrarem os bens a serem leiloados.

- orientar o arrematante, quando se tratar de venda de veículo automotor, que o mesmo deverá transferir a titularidade da documentação para o seu nome no prazo de até 30 (trinta) dias da data informada no documento de transferência, cumprindo se necessário, as exigências legais do Detran;

- Realizar procedimento de Comunicado de Venda junto ao Detran dos veículos ora leiloados, no prazo máximo de 07 (sete) dias a contar da data da realização do arremate.

- dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor e da liquidez dos mesmos.

- quando se tratar de venda de veículo automotor, acompanhar para que o arrematante venha a transferir a titularidade do documento para si, no prazo de 30 (trinta) dias da data informada no documento de transferência, cumprindo assim as exigências do DETRAN;

- providenciar a descaracterização dos veículos da Prefeitura Municipal de Macaíba, arrematados;

4. DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pela prestação de serviços, o LEILOEIRO receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem ou lote arrematado, a ser pago pelo arrematante no ato do leilão;

Parágrafo Primeiro - não cabe a Prefeitura Municipal de Macaíba qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo LEILOEIRO para recebê-la;

Parágrafo Segundo - Caso não ocorra à efetivação da finalização da venda por erro nas publicações legais, ou ainda, no caso do leilão público ser suspenso por determinação judicial, a comissão será devolvida ao arrematante pelo LEILOEIRO, sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte da Prefeitura Municipal de Macaíba;

Parágrafo Terceiro - Caso a efetivação da arrematação, com a entrega do bem ao arrematante, no prazo legal, não se realize por culpa exclusiva da Prefeitura Municipal de Macaíba, a comissão deverá ser devolvida ao arrematante pelo LEILOEIRO, tendo este “direito ao ressarcimento do respectivo valor”, a ser efetuado pela Prefeitura Municipal de Macaíba.

Parágrafo Quarto - Na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo anterior, a Prefeitura Municipal de Macaíba efetuará o ressarcimento referente ao valor líquido apurado pelo LEILOEIRO, creditando-o em sua conta corrente.

Parágrafo Quinto - O LEILOEIRO renuncia expressamente a Prefeitura Municipal de Macaíba do pagamento da comissão prevista no artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1933, bem como todas as despesas com anúncios, catálogos, mala direta, etc. recebendo somente a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda, diretamente do arrematante.

Parágrafo Sexto - O LEILOEIRO será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas que se façam necessárias a execução dos serviços contratados.

5. DO BEM NÃO ARREMATADO

5.1. Não havendo arrematação do bem, este deverá ser submetido a, no mínimo, mais 2 (dois) procedimentos de leilão;

5.1.1. A ocorrência do previsto no subitem 5.1 não implica a vinculação do bem ao leiloeiro que realizou o primeiro leilão.

5.2. No caso de insucesso na venda em leilões públicos, a Prefeitura Municipal de Macaíba poderá levar o bem à venda direta ao primeiro interessado, no mínimo, pelo valor de avaliação;

5.3. Para a venda direta, a Prefeitura Municipal de Macaíba publicará o Extrato de Inexigibilidade de Licitação em um dos jornais de maior circulação no local onde se encontram os bens a serem vendidos ou, se não houver imprensa com circulação diária, em comarca de fácil acesso, contendo a relação dos bens em venda direta;

6. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da publicação de sua homologação no Boletim Oficial do Município.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

7. DAS PENALIDADES

7.1. O LEILOEIRO ficará sujeito, pela inexecução das condições estipuladas neste Termo, às penalidades estabelecidas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

7.2. Sem prejuízo às sanções estabelecidas no subitem 7.1, deste Termo de Credenciamento, ou da legislação regente, acarretará ao LEILOEIRO, as seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito;
- b) suspensão das atividades;
- c) cancelamento do credenciamento.

7.3. Será penalizado com suspensão das atividades, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias e prazo máximo de 90 (noventa) dias, o LEILOEIRO que for penalizado com 03 (três) advertências, ou que descumprir as obrigações estabelecidas neste Termo de Credenciamento.

7.4. Durante o período de suspensão o Leiloeiro não integrará a ordem de designação, retornando à sua posição após o cumprimento da suspensão.

7.5. O cancelamento do credenciamento será aplicado ao Leiloeiro que for reincidente em penalidade de suspensão das atividades.

7.6. Constituem motivos para cancelamento do presente Termo:

7.6.1. O descumprimento de quaisquer dos seus termos, cláusulas ou condições, em consonância com o disposto na Lei n.º 8.666/93;

7.6.2. A desídia, a incúria ou a inércia do LEILOEIRO na realização das tarefas profissionais ajustadas neste instrumento, inclusive a recusa imotivada de recebimento de processos;

Parágrafo Primeiro - Em caso de cancelamento do presente Termo, os honorários do LEILOEIRO estarão quitados pelos valores já recebidos, nada mais havendo a reclamar da Prefeitura Municipal de Macaíba a esse título;

Parágrafo Segundo - No cancelamento, o LEILOEIRO deverá apresentar prestação de contas detalhada, dentro de 10 (dez) dias contados da data da notificação do cancelamento.

8. DA CESSÃO

Fica vedada à cessão total ou parcial dos direitos e obrigações decorrentes do presente Termo.

9. DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Do presente Termo não decorre vínculo empregatício de qualquer natureza entre a Prefeitura Municipal de Macaíba e os prepostos pertencentes aos quadros do LEILOEIRO.

10. DO FISCAL DO CONTRATO

10.1. Durante a vigência deste Termo de Credenciamento, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Presidente da Comissão Permanente de Alienação da Prefeitura Municipal de Macaíba, designado FISCAL.

10.1.1. Será suplente do FISCAL o membro secretário da Comissão Permanente de Alienação.

10.2. O FISCAL deste contrato terá, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) expedir ordens de execução de serviços;
- b) proceder ao acompanhamento técnico da execução dos serviços;
- c) fiscalizar a execução do credenciamento quanto à qualidade desejada;
- d) comunicar ao LEILOEIRO o descumprimento do Termo de Credenciamento e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;
- e) solicitar a aplicação de sanções pelo descumprimento de cláusula deste Termo;
- f) fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações estipuladas;
- g) solicitar ao LEILOEIRO todas as providências necessárias á boa execução dos serviços contratados.

11. DO FORO

Conforme dispõe o art. 55, §2º da Lei 8.666/93, compete ao foro da Comarca de Macaíba para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Mônica Nóbrega Dantas, 34, Centro, Macaíba/RN – CEP.: 59.280-000 – Fone: 84-3271-6514

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Macaíba, ____ de _____ de 2015.

CREDENCIANTE

LEILOEIRO

FISCAL

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

